



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025

ATA APROVADA

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DÉCIMO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 30 dias do mês de outubro de 2025. Às 9h44min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 3.863, 7.607 e 7.860/2025, de autoria dos Vereadores Juraci Scheffer, Laiz Perrut, Tiago Bonecão, João do Joaquinho, Parda e André Mariano, para discutir sobre a nova licitação de transportes do Município de Juiz de Fora, com vistas ao esclarecimento de eventuais dúvidas e apresentação do cronograma referente ao novo processo licitatório do Sistema de Transporte Público no Município. O Presidente disse que esta não é a última e nem a única audiência pública sobre este tema e esclareceu que a licitação não foi aberta ainda. Relatou que está sendo realizada uma consulta pública no site da Prefeitura que se encerrará no dia 2 de novembro. Frisou que a Câmara Municipal está se antecipando a esse processo trazendo a Prefeitura à Casa para que ela esclareça à população sobre a proposta do modelo de licitação que será proposto no próximo ano. Comunicou que os cidadãos interessados podem dar sugestões no site do Executivo e reafirmou, por fim, que a Câmara entendeu a necessidade de fazer esta audiência pública antes do lançamento do edital. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, a Vereadora Laiz Perrut disse que pediu esta audiência pública para que houvesse um debate enquanto o edital ainda está em consulta pública, pois, na última licitação do transporte, a sociedade não teve um papel protagonista a ponto de poder interferir no processo e se manifestar sobre seus desejos para o transporte público da cidade. Falou que o objetivo do debate de hoje é trazer para a população esclarecimentos sobre todo o processo, além de coletar propostas e encaminhá-las à Prefeitura. Disse que o novo contrato que está disponível para análise do público é uma remodelação de todo o transporte, com linhas de integração, modernização da frota, inteligência artificial e ar-condicionado. A Vereadora cumprimentou a Senhora Karina, presente no Plenário, que falou sobre as dificuldades que ela passa no transporte com seu filho com deficiência. Registrou, por fim, seu pesar pelo falecimento da Senhora Adenilde Petrina no dia de hoje, a qual deixará muitos ensinamentos. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão contou que, como Presidente da Comissão de Urbanismo, Transporte, Trânsito e Acessibilidade, deixa seu gabinete de portas abertas para somar. Afirmou que antes de se expressar a respeito do tema, quer ouvir os esclarecimentos do Secretário. O Presidente comunicou que a Vereadora Cida Oliveira encontra-se ausente por questões de saúde e o Vereador Negro Bússola está em Montes Claros fazendo uma palestra, ficando justificada sua ausência, que foi autorizada por esta Casa. Disse, também, que a Vereadora Kátia Franco e o Vereador Dr. Antônio Aguiar estão a caminho. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal parabenizou a Câmara pela realização da audiência e falou que está ansioso para saber como funcionará a questão da bilhetagem. O Presidente informou que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. O Presidente repetiu a manifestação de que esta não será a última audiência pública sobre a licitação e sim um debate inicial, para que a população esteja a par do processo. Com a palavra, o Secretário de Mobilidade Urbana, Senhor Richard Tavares, comentou sobre a importância do atual momento para a cidade, tendo em vista a discussão acerca do novo modelo de transporte para os próximos anos. Disse que a referência é a realidade que Juiz de Fora tem hoje e pediu, em seguida, a projeção de uma apresentação no telão. Reforçou a consulta pública no site da Prefeitura para ouvir e receber as críticas dos cidadãos até o dia 2 de novembro e informou que ela também foi disponibilizada para o Ministério Público (MP) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) com o intuito de serem analisadas questões de legalidade e formatação. Disse que a lógica do lucro com ônibus lotados de passageiros foi mudada para a remuneração por milha rodada e a oferta de mais quilometragem, além da



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025 ATA APROVADA

proposta de um sistema redesenhado, que terá as linhas de bairro, as linhas de bairro/centro, as linhas rurais e a linha expressa. Disse que as sugestões para essas linhas estão no site. Comentou sobre os pontos de integração do novo sistema. Contou que já estão sendo testadas as linhas rurais, inicialmente em Paula Lima, e, a partir do dia 10 de novembro, em Dias Tavares. Explicou que as linhas que seguirão para essas localidades somente subirão, para incentivar a utilização destas apenas por quem reside naquela localidade, algo que tem tido grande aprovação. Disse que a licitação feita será por lote único, para que haja garantia da eficiência, e contou que esse modelo está proposto com 263 linhas. Falou que serão duas frotas: a regular e a frota reserva, totalizando 662 veículos. Pontuou que está sendo diminuída a idade média para que os veículos fiquem cada vez mais novos e está sendo proposta a inclusão, para segurança dos motoristas e usuários, do sistema antifadiga. Disse que pretendem exigir veículos climatizados, pontos de recarga de celular, wi-fi de autodesempenho e tecnologia que permita a visualização da localização simultânea dos ônibus. Falou sobre a grande novidade, que é a bonificação por desempenho para a qualidade do serviço prestado através dos índices de pontualidade de partida, de aprovação em vistoria, de atendimento ao programa de manutenção, dentre outros. O Secretário mostrou o link da consulta pública e encerrou colocando-se à disposição para sanar todas as dúvidas. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal perguntou como funcionará o subsídio do novo sistema. O Presidente Zé Márcio Garotinho pediu ao Secretário Richard que anote todos os questionamentos para responder aos Vereadores depois. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão comentou sobre os casos das pessoas que moram na área rural, veem ao Centro e precisam, antes de retornarem para suas casas, passar em outro bairro da cidade. Demonstrou preocupação com os custos do sistema, afirmando que o aumento será de mais de R\$ 20 milhões que terá que ser retirado de algum lugar. Disse que as áreas da Saúde e da Educação, como também o Plano Saúde Servidor, estão precisando de recursos. Perguntou ao Secretário de Governo sobre a origem do recurso que vai custear o novo modelo de transporte. Pela ordem, a Vereadora Letícia Delgado parabenizou a Prefeitura pela iniciativa de fazer a consulta pública sobre esse novo modelo de transporte público, tendo em vista a importância da participação popular na construção dos direitos sociais. Pontuou sobre a universalização e a melhoria da qualidade dos transportes adaptados, que é uma demanda das pessoas com deficiência, e indagou sobre os valores que os usuários das linhas expressas irão pagar, se será uma única passagem. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão perguntou, quanto às linhas diretas, se os pontos terão uma estrutura adequada para as pessoas permanecerem aguardando o ônibus. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado indagou sobre os trocadores, que perderam seus cargos, se eles serão ou foram ouvidos e se os motoristas terão seus empregos garantidos. Perguntou se haverá multa nos casos de as empresas não prestarem um serviço de qualidade. Pela ordem, o Vereador Juraci Scheffer falou sobre o subsídio aprovado para o transporte público na época da pandemia e pontuou que aquele foi um momento em que as empresas não tinham um número de usuários necessários para se autossustentarem e manterem as linhas de ônibus ativas. Falou da necessidade de se pensar em ônibus elétricos no lugar dos ônibus de combustão por conta da poluição sonora e ambiental e da sustentabilidade. Disse que é necessário trabalhar pensando em outras matrizes energéticas para o transporte coletivo. Registrou preocupação com o subsídio e falou da transparência mensal dos valores que serão pagos. Afirmou que deve-se pensar em instrumentos ligados à sustentabilidade e à garantia de emprego para os trabalhadores. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão registrou a presença do Vereador Ramon, de Tabuleiro. Expôs, em seguida, que se preocupa muito com o custo do transporte para o usuário, pois a passagem paga cairá de quatro para duas e isso vai encarecer a tarifa. Disse, ainda, que é inviável diminuir a idade média dos veículos da forma que foi proposto, pois nenhuma empresa poderá arcar com isso. Pela ordem, o Vereador João do Joaquinho falou sobre as linhas de ônibus que foram tiradas de circulação na época da pandemia e não retornaram, o que tem causado muitas dificuldades para a população. Disse que, na área rural, os ônibus costumam demorar até duas horas para atender os moradores. Afirmou que, para os lugares distantes da



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025 ATA APROVADA

cidade, os ônibus precisam ter uma capacidade diferenciada. Pediu que seja falado mais desses bairros distantes, principalmente da área rural, porque muita gente perdeu emprego por não conseguir chegar ao local de trabalho por consequência de problemas com o transporte público. Pela ordem, o Vereador Dr. Antônio Aguiar falou do desafio da extensa área urbana da cidade quanto à criação de corredores, pois Juiz de Fora possui área geográfica três vezes maior que Belo Horizonte. Disse que esse fato gera problemas, por exemplo, para quem mora em localidades mais distantes, que fica sem a assistência sobretudo do tempo de atendimento. Comentou sobre o movimento nacional de se criar uma entidade tripartida no financiamento do transporte público, como é feito para o Sistema Único de Saúde (SUS) com os Governos Federal, Estadual e Municipal e falou que se esses recursos não aparecerem, o Executivo terá muita dificuldade para operacionalizar a proposta, a qual considerou muito boa. Perguntou como será essa matemática financeira, se já há promessa do Governo Federal de financiamento e, se não ocorrer essa ajuda, como conseguirão fechar essa conta. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes falou sobre a necessidade de maior clareza e transparência da Prefeitura em torno do sistema de transporte e da dificuldade de se ter acesso às documentações, tendo ela tido que entrar na Justiça para ter acesso a estes e às auditorias. Disse que estranhou a chegada do edital logo depois de uma decisão judicial e de um contrato de R\$ 1 milhão com a Universidade Federal de Juiz de Fora. Citou sua preocupação com as subvenções e o financiamento. Comentou sobre o monopólio do sistema de transporte e do projeto de lei de sua autoria, que visa a proibição desse monopólio. Por fim, pediu aos Secretários que esclareçam os pontos por ela citados. Pela ordem, o Vereador Fiote fez questionamentos sobre as condições mecânicas dos ônibus e a situação dos cobradores que saíram das empresas. Na sequência, a palavra foi passada para o Secretário Richard responder os questionamentos feitos. O Secretário disse, quanto à linha rural, que se alguém for, por exemplo, para Paula Lima e precisar passar antes em Benfica, poderá pegar o ponto de integração, ou seja, poderá parar no Bairro Benfica e seguir depois para Paula Lima. Explicou que não haverá a descida justamente para evitar a superlotação. Falou, sobre o transporte adaptado, que há preocupação de melhorar o atendimento e já há, na proposta, a ideia de trocar por vans, além do fato de que a frota é 100% adaptada. Contou que uma das exigências do edital é que, até o 3º ano, todos os ônibus contenham indicadores sonoros e visuais para que todos os públicos sejam atendidos. Disse que está sendo criado o índice geral de qualidade de serviço com o número de autuações, o número de vezes que o ônibus parou e a quantidade de manutenção. Explicou que essas questões serão levadas em conta para que a empresa receba no final do mês. Disse que o usuário pagará por apenas uma passagem para fazer o trajeto. Ponderou que há a previsão de um plano de descarbonização e de um incentivo para que a empresa preste um serviço melhor com um custo menor. Disse que, como está sendo falado de uma concessão de 15 anos, há questões que não acontecerão no primeiro ano, como, por exemplo, a questão dos painéis sonoros e visuais. Quanto à média de quatro anos de frota, não necessariamente todos os veículos terão até quatro anos, pois está sendo reduzida a média aplicável ao contrato antigo. Explicou que o vencedor pode ser tanto uma empresa quanto um consórcio, que é formado por diversas empresas que terão que fazer uma sociedade de propósito específico. Falou que isso ajudará na fiscalização, pois haverá separação de todas as contas e indicadores financeiros e contábeis. Sobre a questão dos trabalhadores, disse que não pode garantir, mas há essa preocupação com a manutenção. Falou sobre a importância de garantir um ambiente de trabalho de qualidade e sobre o controle de prevenção de acidentes, acrescentando que tudo será incluído no cálculo da remuneração da empresa. Pela ordem, o Vereador Dr. Antônio Aguiar falou de uma lei, que foi aprovada e não foi regulamentada, relativa ao suporte para bicicletas em transporte público. Falou que há cidades no Brasil que já praticam essa modalidade, sendo ela uma forma de estimular não só o uso do ônibus, mas também outro modal de deslocamento público. Explicou que o projeto de lei incluía a cada ano 10% de acréscimo nos ônibus para que tivesse suporte dianteiro que acomodasse três bicicletas. Solicitou que a lei seja inserida no processo de licitação, porque será um



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025 ATA APROVADA

ganho e um avanço para a cidade, pois a bicicleta é hoje um dos maiores transportes para deslocamento dentro das cidades. O Presidente alertou que toda legislação aprovada sobre transporte público deve ser contemplada na licitação. Falou que a Câmara fará um levantamento de toda essa legislação para cobrar a aplicação. Falou, na sequência, que a TV Câmara está mostrando o site da consulta pública, no qual podem ser feitas sugestões, e que o processo proposto e apresentado pelo Secretário está disponibilizado no site. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão pediu que o Secretário de Governo responda os questionamentos antes de passar a palavra ao público. Com a palavra, o Secretário Ronaldo explicou, quanto ao financiamento e ao subsídio, que se trata da composição da fórmula do subsídio, que contém os elementos técnicos da composição da planilha relativos ao custo mensal do sistema. Falou que a recomposição por parte do pagamento do subsídio da Prefeitura é para garantir um serviço que foi ameaçado durante um período, principalmente na pandemia, e que desde então está se estruturando. Disse que a manutenção do valor de R\$ 3,75 é uma decisão política do Governo da Prefeita Margarida Salomão, pois quase todas as famílias têm uma relação com o transporte. Disse que, diante disso, passa pela proposta de Governo fazer uma complementação, que hoje é comum na maioria das cidades. Informou que o objetivo é que a proposta seja ajustada, comentada e criticada e que receba composição de propostas por parte da Prefeitura, da Câmara, da cidade, dos usuários e dos trabalhadores. Ressaltou que a Prefeitura tem feito uma política sobre a possibilidade de o Governo Federal passar a subsidiar parte dos recursos do transporte, por entender que esse é um desafio não só de Juiz de Fora, mas do Brasil inteiro. Expôs que há um modelo de remuneração do transporte planejado há bastante tempo e a proposta é de manter uma boa oferta de serviço através do edital, buscando políticas de financiamento que possam ajudar a baratear essa conta tanto para o Município quanto para o trabalhador. Apontou que, além disso, está tramitando na Câmara outra composição sobre a possibilidade de financiamento desse sistema, que é o projeto de lei com o intuito de oferecer um transporte que possa ter cada vez mais qualidade e preço justo para o usuário. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão indagou se a Secretaria de Mobilidade Urbana possui a verba para custear o transporte ou se será preciso buscar o recurso de outras pastas, como Educação ou Saúde. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que esse transporte tem um custo e que o aumento em discussão aqui é de R\$ 20 milhões. Dessa forma, afirmou que sua dúvida é de onde será tirado o dinheiro para pagar isso, se ele virá do empresário ou haverá continuidade de pagamento de subsídio para não aumentar a passagem. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado ponderou a que custo o valor da passagem continuou o mesmo, pois isso teve como consequência o emprego de 10.000 trocadores, que hoje estão desempregados. Perguntou ao Secretário de Governo se nesse processo licitatório não é possível garantir o emprego dos trabalhadores do transporte público de Juiz de Fora. Falou da necessidade de se ter cuidado em adotar uma proposta desse tamanho, que envolverá toda a cidade, para que não se tenha que retroceder depois. Reiterou que não sejam esquecidos os postos de trabalho dos funcionários que hoje não sabem se terão seu emprego garantido. Pela ordem, a Vereadora Laíz Perrut falou sobre a Frente Nacional de Prefeitos, que tem sido o instrumento utilizado pela Prefeita Margarida Salomão para buscar auxílio com o Governo Federal para o Sistema Nacional de Transporte, e elogiou a iniciativa da Prefeita. Falou que o transporte público necessita de investimento, sendo este um movimento que está acontecendo em todo o mundo. Acha que existem várias formas de garantir recursos para o transporte, como a criação de novos mecanismos. Falou que as pessoas merecem um transporte público de qualidade e semelhante àqueles existentes em outros países. Reforçou, para concluir, que deve-se pensar de forma criativa para que sejam criados caminhos para buscar recursos que permitam um transporte eficiente como este que está sendo proposto pela nova licitação. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal comentou que, ao que tudo indica, o plano é esperar o Governo Federal financiar o transporte que a cidade planeja ter. Alertou que não se pode fazer planos contando com algo incerto. Disse que o novo mecanismo de arrecadação para o transporte será o aumento dos impostos ou a



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025 ATA APROVADA

cobrança maior dos empresários. Disse que é preciso manter os pés no chão. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão afirmou não ser contrário ao novo sistema de transporte com tecnologia, mas ainda não se sabe quando a cidade poderá contar com esse dinheiro. Acredita que se deve ser realista porque a Saúde e a Educação da cidade estão necessitando de muito recurso, como também o Plano Saúde Servidor, que precisa urgente de aporte. Declarou que é preciso falar a verdade para a população e deixar claro que um transporte novo na cidade agora vai resultar em desassistência na Saúde e em outras áreas. Alertou que o orçamento da cidade é um só e que em Juiz de Fora não existe rota de petróleo, rota de mineração, agricultura forte e indústria robusta. O Presidente Zé Márcio Garotinho sugeriu que o debate dos Vereadores seja feito depois, tendo em vista que o público também quer se manifestar sobre o tema. Pela ordem, a Vereadora Laiz Perrut disse que estuda sobre transporte público e mobilidade urbana há muitos anos. Afirmou que o transporte público é um bem essencial para a vida. Informou que o valor da licitação é o teto e que essa é uma quantia que não pode aumentar. Disse que deseja ter na cidade os serviços essenciais garantidos e com qualidade. Pela ordem, a Vereadora Roberta Lopes relatou que há dados que não estão claros no edital e, por isso, tem algumas perguntas para os Secretários responderem: qual o número real de pessoas que usam diariamente os ônibus? Quanto é arrecadado com as tarifas? Quais os valores dos investimentos que as empresas terão que fazer? Por que manter a previsão de pagamento de subvenções econômicas? Onde está o detalhamento sobre o sistema responsivo? E por que não estão claros os dados de receitas, despesas e investimentos, reais e estimados, no edital? Explicou que seus questionamentos baseiam-se em anulação de uma licitação, feita pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais, e, para evitar uma possível anulação por judicialização, pediu que conste os dados citados no edital e na consulta pública. Disse que seria importante que a população fiscalizasse o edital para verificar se a legislação está sendo seguida. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão afirmou que todos os Vereadores desejam um transporte de qualidade para a cidade, inclusive disse que seu desejo é que os trocadores tenham seus empregos de volta. mencionou que torce para que o esforço da Prefeitura seja recompensado e todos tenham até a gratuidade nos ônibus, sendo esse o cenário ideal. Disse, no entanto, que, enquanto ainda não se pode contar com o dinheiro do Governo Federal, é necessário que seja falada a verdade para a população: atualmente, o Executivo não tem o dinheiro para custear o valor da nova licitação. Frisou que se os empresários não pagarem e o recurso não vier do Governo Federal, a Prefeitura não terá condições de inserir o próprio dinheiro no transporte público. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal declarou que está se contando com o dinheiro do Governo Federal, pois os Secretários até agora não falaram sobre a origem dele. Disse que todos os Vereadores querem um transporte público de qualidade, com pagamentos em dia para os funcionários, sem que seja preciso fazerem greve. Com a palavra, o Secretário Ronaldo disse que, em respeito ao público que se encontra no Plenário para se manifestar, ele abre mão de falar agora e retornará ao final para responder às indagações e esclarecer as dúvidas. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que o Secretário de Governo ainda não respondeu de onde virá o financiamento e o dinheiro para pagar os trabalhadores do transporte público, que fazem sucessivas greves por estarem sem receber seus salários. Com a palavra, o Secretário Ronaldo ponderou que não está sendo votado nenhum projeto de lei nem publicado nenhum edital. Disse que o Executivo está apenas externando para a cidade a possibilidade de abrir esse debate, chamando a população para discutir o transporte e o modelo do edital, sendo esta uma estratégia diferente das gestões anteriores. Expressou que as contribuições trazidas serão absorvidas, debatidas e criticadas pelo conjunto da cidade e que será publicado também um relatório dizendo quais contribuições foram aceitas e quais não foram, com justificativas técnicas. Falou que o edital é extenso e precisa ser trabalhado e debatido. Esclareceu que o Executivo prevê que um sistema funcionando com maior qualidade, com todas as condições apresentadas aqui, como ar-condicionado e aviso sonoro, pode atrair mais usuários e conseqüentemente diminuir a quantidade de carros circulando nas ruas. Afirmou que isso faria com que menos veículos emitissem gases para ajudar na questão ambiental.



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025 ATA APROVADA

Falou que, além disso, mais pessoas pagariam passagem, logo a arrecadação aumentaria e a Prefeitura poderia diminuir o subsídio. Disse que propostas como a do Vereador Dr. Antônio Aguiar sobre a integração com sistemas de bicicleta são importantes para que sejam dadas mais condições ao trabalhador de usar outro meio de transporte no lugar do próprio carro. Disse, ainda, que está sendo oferecido no edital o valor máximo global do custo de R\$ 40 milhões e que, por ser uma licitação, as condições são iguais para todas as empresas e quem oferecer pelo serviço o menor valor vai ganhar. Sobre a procedência do dinheiro, disse que todos os cidadãos pagam o custo do serviço público da Saúde, e o transporte público, assim como a Saúde e a Educação, é um direito constitucional, entretanto, ele não era respeitado. Falou que a Prefeita tomou uma decisão política de incluir nos valores do subsídio o transporte, a fim de garantir às pessoas o direito ao lazer. Deixou claro que, para a Prefeitura, esse tema não é custo e sim investimento. Relatou, quanto à composição dos custos, que ainda não tem como trabalhar essa projeção. Disse que o propósito deste debate é um edital que está em consulta popular e que será dialogado em prol de uma construção que seja ideal para a cidade. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão reforçou que não é contrário ao transporte de qualidade para a população, mas, como o Secretário Richard não tem condições de custeá-lo por meio de sua Secretaria, deve ser deixado claro para o cidadão que o dinheiro sairá da Secretaria de Saúde e que quando este precisar de cirurgia, não será possível, o que também vai acontecer com a Educação. O Parlamentar disse que providenciará um relatório para apresentar na próxima audiência. Ato contínuo, a palavra foi passada para os inscritos do público. Com a palavra, a Senhora Denise Gama, da Associação de Moradores do Bairro Graminha, falou sobre a participação dos profissionais do transporte na consulta sobre o edital e sobre a necessidade de atuação do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, que não funciona desde 2023. Disse que ela faz parte do Conselho e se questiona quanto à ausência de um representante dele neste debate. Pediu que ele seja reconduzido pelo Secretário Richard e mencionou a questão de ser preciso trabalhar em prol da visualização pelo usuário do itinerário atual dos ônibus. Encerrou ponderando sobre a premiação às empresas para o cumprimento de regras e procedimentos. O Presidente falou sobre a importância da legalização das associações de moradores para fazerem as suas eleições. Com a palavra, a Senhora Marilza Fátima de Souza, do Projeto Arte e Saúde Linhares e Agente Comunitária, disse que não viu na proposta apresentada pelo Secretário Richard nenhuma menção aos locais em que os ônibus não vão. Falou que na nova frota é necessário incluir micro-ônibus que chegue até essas regiões, pois a população da cidade é idosa. Disse que oferecer condições de mobilidade é oferecer saúde pública de verdade. Elogiou a iniciativa de gratuidade nas passagens de ônibus aos domingos e afirmou que a cidade avançou muito com a Prefeita Margarida, citando, como exemplo, as melhorias nos postos de saúde e a qualidade de trabalho do funcionalismo público, com redução de carga horária para 30 horas. Aprovou a licitação em busca de transporte público de qualidade e falou, por fim, da importância da manutenção dos veículos para evitar a precariedade da frota. Com a palavra, o Senhor Jesus Alves da Silva, Conselheiro Municipal de Saúde, disse que há 62 anos é usuário do serviço de transporte coletivo. Falou sobre o projeto de lei nº 3.278/2021, aprovado no Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados. Disse que nele é estabelecido um novo marco legal para o transporte público coletivo com foco na modernização, na sustentabilidade, na acessibilidade, na integração entre municípios e não incentivo à tecnologia limpa. Citou, na sequência, a Proposta de Emenda Constitucional nº 2.523, que propõe a criação do Sistema Único de Mobilidade Urbana que visa garantir o transporte público como um direito social no Brasil, semelhante ao SUS na área da Saúde. O orador, dirigindo-se ao Vereador Tiago Bonecão, disse que não há como o Secretário responder sobre a origem do dinheiro porque o subsídio é competência da União. Disse, por fim, que a audiência é pública e que as pessoas que estão no Plenário são o público. Afirmou que continuará vindo na Câmara e que se esta for a primeira discussão relativa ao transporte público, ele estará presente também nas demais. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão, dirigindo-se ao Senhor Jesus, disse que ele sabe que o dinheiro não



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025 ATA APROVADA

chegará à cidade e falou que não adianta enganar as pessoas. Disse que se não tiver orçamento não adianta ter lei. Relatou que se deve falar a verdade para a população. Explicou que ele também quer um transporte de qualidade para Juiz de Fora, como também quer que o preço da passagem seja reduzido ou até gratuito para todos, mas não há orçamento. Afirmou que não será cúmplice de falas das quais discorda, pois tem que respeitar a população. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal enfatizou que o Senhor Jesus é corresponsável, como membro do Conselho Municipal de Saúde, pela retirada R\$ 440 milhões dos cofres da área da Saúde do Município. Disse que, hoje, as pessoas estão "jogadas" nos corredores do Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Teixeira (HPS). Com a palavra, o Senhor Gustavo Pena Freitas, militante do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), manifestou, inicialmente, repúdio à moção de aplausos à chacina que ocorreu no Rio de Janeiro e falou que não considera o que aconteceu motivo de aplauso. Saudou a Prefeita pela proposta da tarifa zero, que traz benefícios significativos à população da cidade, promovendo a cidadania, o combate às desigualdades e o desenvolvimento econômico e garantindo o direito à mobilidade urbana e ao acesso à cidade. Falou que traz uma proposta de inclusão da tarifa zero no edital da licitação e de compatibilização do edital com a municipalização do transporte público. Disse que, diante disso, sugere um prazo menor de licitação, sendo de 5 anos, prorrogável por mais 5, em vez de 15, prorrogável por mais 15. Falou que o tema é importante porque o sistema de concessão dos serviços de transportes leva a uma mercantilização da mobilidade urbana, com sobreposição dos interesses privados sobre o interesse público, e a cidade precisa de um transporte coletivo gratuito, de qualidade e universal. Disse que disponibilizará sua proposta e convidou todos para lerem o conteúdo. Com a palavra, a Senhora Tânia Prestes, voluntária do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da Vila Olavo Costa, disse que é idosa e geralmente não consegue cadeira nos ônibus, sendo preciso que ela se sente na escada do veículo. Disse que hoje ela não tem condições de pagar a passagem do transporte público. Falou, na oportunidade, que espera, há mais um ano, a liberação de uma ultrassonografia por conta de pedra no rim. Falou que, enquanto se discute aqui valores em milhões, a população passa aperto porque não tem três reais. Disse que trabalham muitos motoristas sem educação nos ônibus, que não colaboram com a população idosa, pois já viu um senhor precisando se agarrar ao ônibus para não cair. Falou que essas situações precisam ser pautadas também, tendo em vista serem um desrespeito com as pessoas. Com a palavra, o Senhor José Valter Guimarães, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Linhares, pediu aos Secretários que deem mais apoio às associações de moradores, pois estas têm sido abandonadas. Mencionou o trem Xangai, que funcionou em Juiz de Fora anos atrás, e disse que deveria ser pedido o retorno deste. Pediu apoio para o Bairro Linhares, pois nele há um presídio, e sugeriu um trajeto para a linha que atende aquela região a fim de aliviar o trânsito do bairro. Com a palavra, o Senhor Gerard Ribeiro, da sociedade civil, pediu que o Secretário de Transporte estude a possibilidade de implantação de uma van ou micro-ônibus para o Bairro Linhares, na Rua Raimundo Tavares, que tem um declive acentuado. Contou que foi informado pelo Executivo que, em outubro do ano que vem, existe a possibilidade da chegada de um micro-ônibus, algo que auxiliaria muito, pois muitos idosos, estudantes e trabalhadores, como ele mesmo, precisam subir dois quilômetros até a Rua Diva Garcia mais o trajeto até o pico da Rua Raimundo Tavares para chegar em casa. Mencionou a dificuldade enfrentada em dias chuvosos e pediu o agendamento de uma reunião com o Executivo e os moradores do seu bairro. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão, dirigindo-se ao Senhor Gerard, informou que o ex-Vereador Vagner tentou por muitos anos o benefício desse ônibus para a comunidade, mas não conseguiu. Disse que ele mesmo esteve no ano passado no local e que enviou, então, um pedido à Secretaria de Mobilidade Urbana. Disse que recebeu a resposta de que o local não oferece condições para o trânsito de micro-ônibus. Relatou, contudo, que não sabe se é possível a circulação de vans, algo que poderá ser conduzido pelo Vereador Fiote. Com a palavra, o Senhor Fábio Jacob da Silveira, do Setor de Pesquisa da UFJF, disse que a proposta não se restringe somente à mudança de empresa e sim a um novo sistema de transporte, já que são



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025 ATA APROVADA

propostas linhas expressas, linhas-bairro, linhas centro-bairro-rural e transbordo de passageiros, que é a troca de ônibus pelo usuário para então chegar ao seu bairro. Afirmou que o transbordo de passageiros não é uma ideia nova, pois ela foi resgatada do plano de mobilidade urbana de Juiz de Fora de 2016, o qual já previa pontos de integração. Declarou que a proposta não é inadequada do ponto de vista técnico, levando em consideração que a justificativa principal do Executivo para o novo sistema é tornar o transporte mais ágil. O Presidente disse que o Secretário Richard se disponibilizou a, após a audiência, conversar com o Senhor Fábio para dialogarem acerca do tema. Com a palavra, a Senhora Carina Jucimara Rodrigues disse que não viu o Secretário Richard falar em nenhum momento sobre propostas para crianças cadeirantes ou com deficiência. Citou suas maiores dificuldades hoje: quando ela dá sinal para os ônibus, os motoristas passam direto porque veem a cadeira de rodas; não consegue subir nos veículos porque o elevador não funciona; e não há cinto de segurança nas cadeiras. Falou, no ensejo, que a dieta do seu filho está sendo negada pela Prefeitura, pois ele se alimenta via gastrointestinal. Disse que seu filho tem paralisia, hidrocefalia e é cadeirante e ela passa por inúmeras dificuldades com ele na cidade. Disse que precisa pegar quatro ônibus para levar seu filho à terapia. Contou que costuma segurar a cadeira do seu filho com o próprio corpo. Disse que representa aqui todas as mães atípicas de Juiz de Fora, que lutam pelos filhos. Refez o pedido de ajuda por parte da Prefeitura com relação à dieta do seu filho, que está correndo risco de vida por estar sem a alimentação. O Presidente Zé Márcio Garotinho disse que passará o contato da oradora para o Secretário de Saúde e a Comissão de Saúde Pública e Bem-Estar Social da Câmara. Pela ordem, o Vereador Tiago Bonecão parabenizou a Senhora Karina por lutar pelo filho, apesar das dificuldades. Perguntou ao Secretário Richard sobre o tempo de espera do usuário pelo ônibus do seu bairro e sobre a situação das escadas para as pessoas com deficiência. Com a palavra, o Senhor Rafael Neves da Costa, do Afronte, falou da importância do momento de discussão sobre as questões do edital e sobre os problemas de anos do transporte público de Juiz de Fora. Disse que mesmo sendo este um processo de criação conjunta, o edital não foi inicialmente criado com a participação da população nem do Conselho de Transporte. Disse que não considera a proposta muito inovadora, pois terão as mesmas linhas, só que divididas por expressas e final dos bairros. Propôs que seja pensado em linhas que integrem as regiões da cidade, pois considera importante ser planejada essa iniciativa, já que está sendo proposta uma nova forma de transporte. Pela ordem, o Vereador Sargento Mello Casal disse que é difícil ficar calmo ao ver a mídia tentar aparentar normalidade diante de um gasto de R\$ 420 mil para se passear na China e ao ouvir uma mãe relatar que está faltando alimentação do seu filho. Pontuou que as coisas precisam ser corrigidas, pois o Conselho de Saúde aprovou uma retirada de dinheiro que atingiu as pessoas. Com a palavra, a Senhora Gersaide Ribeiro, Conselheira de Saúde, disse que o tempo dentro dos coletivos aumentou porque antes não havia o comércio e as escolas que hoje existem e os usuários precisam, por isso, ser mais resilientes, prezando assim pelo desenvolvimento da cidade. Elogiou a proposta que está sendo apresentada pelo Executivo e frisou que o Acesso Norte será muito bom para os moradores. Propôs que seja feita intervenção nas proximidades do Rio Paraibuna para as pessoas poderem usá-las com o intuito de correrem e se socializarem. Disse que não sabe qual será a origem do recurso, mas o que interessa a ela é ter a dignidade garantida. Falou sobre a importância de ser dada atenção aos problemas enfrentados pelas mães atípicas que atravessam a cidade com seus filhos com deficiência. Pediu, com relação ao transbordo, para que o teste seja iniciado no Centro da cidade para que possam observar e opinar depois. Com a palavra, o Senhor Igor Burkourski, Presidente do Partido Novo, quanto à cobrança da milhagem, que em tese é um sistema justo por dar maior previsibilidade nas contas, disse que há aí um clássico e grave problema de incentivo. Explicou que hoje as empresas são estimuladas a serem eficientes em custos, buscando otimizar as rotas para evitar a sobreposição de horários e impedir que sejam penalizadas, ou seja, aumentando o custo. Falou que isso, historicamente, ocorria por meio das tarifas, até que houve a implantação do sistema de subsídio, o qual drena recursos que deveriam ir para as escolas, os hospitais etc. Prosseguiu



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025 ATA APROVADA

explicando que o sistema novo, por outro lado, estimula exatamente o contrário, pois quanto mais ônibus rodar, mais dinheiro a empresa ganhará. Disse que mesmo que o ônibus esteja vazio, o risco do negócio é eliminado quando se trata de empresa monopolista, principalmente em uma cidade onde a Prefeitura paga um subsídio de forma nebulosa. Citou a questão da implantação do sistema de gratuidade que, na verdade, não é grátis, pois a conta sempre vai para alguém. Indagou sobre qual segurança a população terá para que não haja um conluio entre a Prefeitura e a empresa, tendo em vista vários casos de corrupção pelo Brasil. Perguntou quais gatilhos e mecanismos estão previstos para não acontecer esse conflito e ser protegido o bolso do cidadão pagador de impostos. Discorreu sobre a possibilidade de, com a adoção do novo sistema, aumentar de forma alarmante o risco de colapso fiscal das contas públicas. Disse que deseja sim uma mobilidade urbana de qualidade, mas fazê-la em uma cidade em que metade das crianças não sabe ler na idade correta é apenas investir mais nas empresas de ônibus em vez de investir na educação. Ponderou sobre os valores que, de 30 passaram para 150 e agora para 300 milhões. Falou que é necessário focar na autossustentabilidade do sistema e não na retirada de dinheiro da Educação e da Saúde. Com a palavra, o Senhor Américo Ribeiro, da sociedade civil, disse que a população juiz-forana merece veículos com conforto. Falou que, embora concorde com a gratuidade dos ônibus aos domingos, sabe que isso cairá "nas costas" do trabalhador. Disse que os veículos que atualmente andam na cidade estão sucateados e velhos e pediu, para encerrar, que o Secretário Richard se atente a esses pedidos. Com a palavra, o Senhor Marcelo de Souza Reis, motorista de ônibus, disse que, na teoria, o projeto ficou lindo, entretanto, infelizmente, a infraestrutura de Juiz de Fora não suporta esse modelo, dizendo que sua fala se baseia em sua própria experiência. Alertou que considerar a geografia da cidade é fundamental e colocou-se à disposição para ajudar, como alguém que tem conhecimento do dia a dia do transporte público de Juiz de Fora. Depois de se apresentar, disse que foi elogiado na página do JF da Depressão e que honra a camisa de motorista que veste, pois quer o melhor para a população. Com a palavra, o Senhor Luiz Carlos Barbosa, Líder Comunitário do Parque das Águas, disse que Juiz de Fora já foi considerada a segunda melhor frota do país de transporte público. Discorreu sobre os conselhos que acabaram e citou aqueles dos quais ele já fez parte. Falou sobre a necessidade de aprimorar o acesso à consulta pública para que a população participe e possa se posicionar. Pediu ao Executivo que dialogue sobre o novo sistema com os conselhos e as associações. Com a palavra, o Senhor Vagner Evangelista, Presidente do Sindicato de Transportes Coletivos (Sinttro), contou que trabalha no transporte público da cidade há quase 35 anos e que, durante esse período, já foi feita uma licitação que gerou, desde então, grande sofrimento para os trabalhadores. Disse que estes estão sem receber seus direitos trabalhistas, o que os levou a entrar com ação judicial. Pediu que a empresa do novo sistema inclua os trabalhadores, garantindo seus postos de trabalhos, pois eles já estão treinados para essa prestação de serviço. Solicitou, ainda, que seja criado um fundo que garanta as verbas trabalhistas e os salários. Lembrou que esse é um serviço essencial e reiterou sua importância para a cidade. Com a palavra, o Senhor Lyon Vitor Bocard, da União Nacional dos Estudantes, falou que hoje é um dia muito importante para a cidade. Lembrou da aprovação do Passe Livre Estudantil, com a garantia da ida para escolas e faculdades sem cobranças. Contou que mora no Bairro Furtado de Menezes e entende que é fundamental que haja expansão das linhas de ônibus diretas para a UFJF, facilitando a vida dos estudantes que moram em locais mais distantes. Disse que a proposta trazida nesta tarde propõe mudanças muito interessantes. Comentou sobre a tarifa zero, afirmando que esse direito do transporte gratuito auxiliará os cidadãos a usufruírem, por exemplo, da Saúde Pública e da Cultura. Ato contínuo, passou-se para os Vereadores inscritos. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal falou que é preciso menos mídia e mais responsabilidade com o transporte público municipal. Questionou sobre a movimentação orçamentária para conseguir pagar as contas dos Servidores Públicos Municipais e chamou atenção para que essa nova licitação seja cautelosa em vez de se pensar em tarifa zero agora e para que ninguém saia prejudicado: nem Saúde, nem Educação, nem nenhuma outra Pasta.

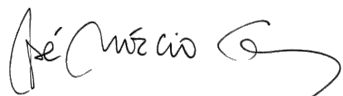


1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025 ATA APROVADA


Mencionou o orçamento que foi retirado da Saúde e afirmou que é preciso analisar as prioridades da cidade. Disse que gerir o transporte público inclui dinheiro e falou que alguém vai pagar a conta. Com a palavra, a Vereadora Letícia Delgado falou que tratar do tema desta Audiência Pública significa ter coragem, pois está sendo visada a construção de um edital de licitação, reconhecendo que o contrato vigente não atende mais a população de Juiz de Fora e precisa, sim, ser remodelado. Mencionou que, de fato, é preciso melhorar a qualidade do transporte público da cidade, sendo necessário, assim, haver investimento em mobilidade urbana para a garantia de outros direitos. Afirmou que ninguém quer aumento de passagem, o que leva, então, à discussão de subsídio para alcançar esse fim. Afirmou que é necessário avançar na PEC de 2023, que está tramitando, sobre a mobilidade urbana, garantindo que município, estado e União sejam corresponsáveis. A palavra foi passada ao Secretário Richard para as considerações finais. Com a palavra, o Secretário falou que todas as colocações foram importantes, independente das ideias serem contrárias. Quanto ao Conselho, falou que é preciso que os conselhos e associações estejam todos regularizados. Disse que há valores de investimento e sustentabilidade do contrato, no que diz respeito à questão do prazo. Falou que ele está na Casa para melhorar o transporte público de quem o utiliza. Reconheceu que é importante pensar em outros modais e comentou que espera que haja tecnologia mais avançada, levando os moradores com segurança para suas casas. Disse que estará à disposição na Secretaria de Mobilidade Urbana. Mencionou que está exigindo uma frota 100% adaptada. Contou que em julho houve eleição do Conselho. Afirmou que o conforto e a pontualidade são sim importantes e disse que a proposta da Prefeita é manter o valor da passagem, sem aumentos. Reafirmou, para encerrar, que a consulta pública será feita para que haja a licitação. Pela ordem, o Vereador André Luiz Vieira justificou que estava em reunião, mas participará ativamente para que se encontre solução dos problemas que serão enfrentados atualmente na cidade sobre o novo modal, beneficiando assim a população. Ressaltou que quanto menos esse custo for repassado para o Município, melhor. Com a palavra, em suas considerações finais, a Vereadora Laiz Perrut saudou a presença de todos e disse que esta Audiência Pública foi muito proveitosa. Mencionou que houve pensamento conjunto, informações, sugestões, relatos, e, por isso, sai muito satisfeita, entendendo que essa licitação alcançará sucesso. Afirmou que o transporte público é um direito e a população merece um transporte público digno, com conforto e qualidade. Pela ordem, o Vereador Fiote falou que a reunião foi bem produtiva e tem certeza que o problema do transporte será solucionado. O Presidente reiterou que a consulta pública está aberta até o dia 2 de novembro, para que o cidadão possa se manifestar e opinar, e reafirmou que a Câmara Municipal certamente fará novas audiências sobre o tema. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 13h21min. Estiveram presentes: o Senhor Richard Tavares, Secretário de Mobilidade Urbana; o Senhor Ronaldo Pinto Júnior, Secretário de Governo; o Senhor Marcus Motta, Procurador-Geral do Município; o Senhor Lyon Vitor Bocard, da União Nacional dos Estudantes; o Senhor Vagner Evangelista, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Coletivo Urbano (Sinttro). Compareceram os Vereadores: André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira), Antônio Santos de Aguiar (Dr. Antônio Aguiar), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), João Evangelista de Almeida (João do Joaninho), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Juraci Scheffer, Laiz Perrut Marendino (Laiz Perrut), Letícia Fonseca Paiva Delgado (Letícia Delgado), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes), Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão) e Victor Paulo de Oliveira (Vitinho). Para constar, Karina Médice de Freitas, Supervisora dos Serviços de Procedimento Legislativo e Rotinas Internas; e Carolina Lopes Batista, Assistente Técnico Legislativo - Redator/Revisor, lavraram a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 1º de dezembro de 2025.



1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 30/10/2025
ATA APROVADA



José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal



João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

